ESPAÇO EM REVISTA
ISSN: 1519-7816
https://periodicos.ufcat.edu.br/espaco

# DA COLÔNIA À ESCOLA MODERNA: um percurso da geografia escolar no Brasil

**Juliano Rosa Gonçalves**[1]
**Ruth Brito**[2]

GONÇALVES, Juliano Rosa; BRITO, Ruth. DA COLÔNIA À ESCOLA MODERNA: um percurso da geografia escolar no Brasil. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 27, n. 2, p. 242–255, 2025. DOI: https://doi.org/10.70261/er.v27i2.75099 Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/75099

Esta obra está licenciada com uma Licença CC BY 4.0 . Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

**Recebido**: 15/08/2025 | **Aceito:** 22/12/2025 | **Publicado**: 16/01/2026

**Resumo:** Analisa-se, neste artigo, a evolução do ensino de Geografia no Brasil, desde o período colonial até a consolidação da Escola Nova. Busca-se compreender como a disciplina se desenvolveu ao longo do tempo, influenciada por diferentes contextos políticos, sociais e pedagógicos, com destaque para a atuação do Colégio Pedro II e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Os resultados revelam que a Geografia escolar brasileira passou por diversas transformações, desde um ensino descritivo e mnemônico até a adoção de abordagens mais científicas e reflexivas, influenciadas pelo positivismo e pelo escolanovismo. A discussão aborda a importância de Manuel Said Ali Ida, Carlos Miguel Delgado de Carvalho, Fernando Antônio Raja Gabaglia e Everardo Backheuser para a renovação da disciplina, bem como a persistência de elementos tradicionais para o ensino de Geografia. Conclui-se que a trajetória da Geografia escolar no Brasil reflete as tensões e os dilemas da sociedade brasileira em cada período histórico, evidenciando a necessidade de uma abordagem crítica e contextualizada do ensino da disciplina.

**Palavras-chave:** Geografia Escolar, História da Educação, Escola Nova, Positivismo, Colégio Pedro II.

## FROM THE COLONIAL ERA TO THE MODERN SCHOOL: A Historical Trajectory of School Geography in Brazil

**Abstract:** This article examines the historical evolution of Geography teaching in Brazil, spanning from the colonial era to the consolidation of the Escola Nova movement. The study aims to investigate how geographical education developed over time, shaped by various political, social, and pedagogical contexts, with particular attention to the contributions of Colégio Pedro II and the Brazilian Historical

[1]Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2000), especialização em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2001), Mestrado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2010) e Doutorado em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), Brasil e-mail: juliano.goncalves@ifb.edu.br
[2]Possui graduação em Geografia pela Universidade Regional do Cariri (2001) e Especialização em Geografia e Meio Ambiente pela Universidade Regional do Cariri (2004). Atualmente Mestranda Profissional em Geografia em rede pela Universidade Regional do Cariri e professora da Escola de Ensino Médio Governador Adauto Bezerra, Brasil e-mail: ruth.rocha@urca.br

and Geographical Institute (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB) in constructing national identity. Brazilian school geography evolved from descriptive and memorization methods to scientifically rigorous and critically reflective approaches, influenced by positivist epistemology and the Escola Nova philosophy. The discussion highlights key figures, such as Manuel Said Ali Ida, Carlos Miguel Delgado de Carvalho, Fernando Antônio Raja Gabaglia, and Everardo Backheuser, who played instrumental roles in renewing geographical education, while also acknowledging the persistence of traditional pedagogical elements within the discipline. The study concludes that the trajectory of school Geography in Brazil reflects broader societal tensions and dilemmas across historical periods, underscoring the necessity of adopting a critical and context-sensitive approach to geographic education.

**Keywords:** School Geography, History of Education, Escola Nova, Positivism, Colégio Pedro II.

## Introdução

O ensino de Geografia nas escolas brasileiras sempre teve uma função central para a formação das pessoas e a construção da identidade nacional. Desde os tempos coloniais, essa disciplina foi moldada pelos interesses dos grupos dominantes, servindo como ferramenta para transmitir valores culturais, religiosos e ideológicos que reforçavam o controle social. Ao longo da história do Brasil, a trajetória do ensino de Geografia reflete as transformações políticas e sociais, revelando uma luta constante entre métodos tradicionais e propostas inovadoras, bem como tensões entre concepções elitistas e demandas por maior acesso ao conhecimento.

Desde os primeiros anos da colonização, quando os Jesuítas começaram a introduzir, de forma sutil, conceitos geográficos em suas aulas de Cosmografia e Matemática, até as reformas educacionais da Primeira República, influenciadas pelo positivismo e pelo Movimento Escola Nova, observa-se uma busca contínua por redefinir como e por que se ensina Geografia. Instituições como o Colégio Pedro II e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) desempenharam papéis fundamentais nesse processo, buscando alinhar o ensino da Geografia aos ideais de modernização e unidade nacional. No entanto, essa trajetória também foi marcada por contradições: enquanto algumas camadas da população continuavam excluídas do acesso à Educação formal, muitos métodos de ensino ainda priorizavam a memorização e a descrição superficial, deixando pouco espaço para o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes.

Neste artigo, analisa-se a história do ensino de Geografia no Brasil, desde suas raízes coloniais até a consolidação da chamada Geografia Moderna e sua conexão com o Escolanovismo. Com base em uma perspectiva histórica, busca-se compreender como diferentes momentos políticos, sociais e educacionais influenciaram a disciplina, destacando tanto os avanços quanto as resistências às mudanças. Também se ressalta a função de teóricos como Manuel Said Ali Ida, Carlos Miguel Delgado de Carvalho, Fernando Antônio Raja

Gabaglia e Everardo Backheuser, que lutaram para renovar o ensino de Geografia e torná-lo mais relevante para os estudantes. Além disso, discute-se sobre os desafios atuais para que a

Geografia possa se tornar uma disciplina crítica e capaz de promover a emancipação intelectual dos estudantes.

Divide-se o artigo em quatro partes. Na primeira, apresentam-se as origens do ensino de Geografia no Brasil, desde o período colonial até sua institucionalização no século XIX. Na segunda, abordam-se as principais reformas educacionais desse mesmo século. Na terceira, enfatiza-se o papel do Colégio Pedro II e do IHGB para a construção de uma identidade nacional por meio da Geografia escolar. Por fim, na quarta parte, discute-se como o Movimento Escola Nova e a Geografia Moderna trouxeram novas metodologias, mas também mantiveram práticas tradicionais que persistem até hoje.

## 1 Geografia e educação no período colonial

Desde os primórdios da colonização do Brasil, a Educação sempre esteve voltada para a formação intelectual e acadêmica da classe dominante. Para os nativos, pobres, negros e outras minorias, a Educação limitou-se, na maior parte do tempo, ao processo explícito de doutrinação. Bretas (1991, p. 74) ressalta, por exemplo, que a maior parte da população atendida pela instrução formal no período colonial sequer tinha acesso ao ensino da leitura e da escrita, sendo "reduzida às orientações dos párocos ou às instruções religiosas, com práticas do catecismo". Esse quadro decorre do caráter confessional das primeiras iniciativas educativas, conduzidas sobretudo pela Companhia de Jesus e, também, por freis franciscanos (Saviani, 2008).

No Brasil Colônia, a Educação promovida pelos Jesuítas foi fortemente influenciada pelos interesses religiosos e políticos da Igreja Católica e da Coroa Portuguesa. A organização e sistematização do ensino atendia aos interesses europeus, impondo uma certa censura intelectual (Silva, 2012). Quanto ao sentido pedagógico, Saviani (2008) aponta o caráter da *Radio Studiorum* — publicada, originalmente, em 1599 e principal documento pedagógico jesuíta — como fundamentalmente universalista (a ser aplicado em qualquer contexto e em qualquer lugar) e elitista (destinado apenas aos filhos dos colonos).

Nesse contexto, os Jesuítas introduziram, de forma implícita, conteúdos que, atualmente, seriam considerados geográficos, especialmente por meio do estudo da Cosmologia e da Cosmografia na Educação Elementar, introduzidos nas disciplinas de Física e Matemática.

Língua Portuguesa, História e Geografia — que teriam seus *status* elevados após a independência do Brasil — possuíam, nesse contexto, um papel secundário, atuando como *realia*, isto é, ilustrações, exemplos concretos, sendo "ensinadas concomitantemente na leitura, versão e comentários de autores clássicos" (Franca, 2019, p. 46). Assim, numa das seções da *Ratio Studiorum*, a ordem jesuíta estabelecia, em relação às regras para o Professor de matemática, a necessidade de:

> gastar cerca de três quartos da hora da aula explicando os elementos de Euclides aos alunos de física. Depois de dois meses, quando seus alunos estiverem um pouco familiarizados com o assunto, deve adicionar alguma geografia ou astronomia ou assunto similar que os alunos gostem de ouvir (Farrell, 1970, p. 46).

Após a saída dos jesuítas, a gestão educacional passou para o Estado, seguindo o modelo pombalino. Nesse contexto, instituíram-se as aulas régias ou aulas avulsas, marcando uma nova fase na Educação colonial. Entre 1759 e 1808, a Educação sofreu um retrocesso devido, principalmente, à falta de financiamento anteriormente mantido pelos Jesuítas. O período pombalino representou um rompimento com o currículo jesuítico, mas sem garantir avanços significativos para a qualidade da Educação. Poucas aulas avulsas foram criadas e, para muitas delas, sequer havia Professor (Saviani, 2008).

Com a chegada da Família Real em 1808, a colônia passou por diversas reformas para atender tanto à população oriunda de Portugal quanto à elite que já se estruturava no Brasil. No campo da Educação e da Geografia, durante esse período, surgiram os primeiros livros didáticos com conteúdos escolares geográficos e obras que sistematizaram a Geografia do Brasil. Esses materiais começaram a ser produzidos em território brasileiro graças à criação da Imprensa Régia, também em 1808. Isso ocorreu após mais de 80 anos de proibição de livros e impressos nas colônias portuguesas, vigente desde 1720, uma política que reforçava a ideia de que "a única função das colônias era fornecer matérias-primas" (Hallewell, 2005, p. 93).

Todavia, a "certidão de nascimento" (Silva, 2012) da Geografia Escolar pode, de certa maneira, associar-se à criação da Academia Real Militar do Rio de Janeiro, em 1810. No curso para militares, conhecimentos de Geografia estavam vinculados a disciplina específica (*Geografia Geral*). Esse marco teve uma influência direta para o desenvolvimento posterior da disciplina e a produção de literatura didática, marcando profundamente, no período, o que Lacoste (2005) chamaria de Geografia do Estado Maior — uma geografia estratégica, usada para o controle e o domínio do espaço — e a Geografia dos Professores, entendida como um saber dito

CC BY

neutro, voltado à cultura geral e à construção do sentimento patriótico, geralmente impregnado de caráter ufanista.

A Geografia foi fortemente influenciada pelos franceses e marcada por uma forte carga de física, matemática, localização, representação e descrição. Essas características foram essenciais em um contexto de disputas territoriais e redefinições de fronteiras. Conforme Silva (2012, p.198):

> a Geografia, na Real Academia Militar, marca uma presença ao mesmo tempo técnica — no sentido da orientação e representação espacial — e cultural, no sentido de apresentar o mundo e sua descrição aos cursistas: passados os tumultuados anos 1820, e a partir do amadurecimento do Brasil como país, ou melhor, da exposição de necessidades da nação, das tentativas de organizar e ordenar o território que o saber histórico e geográfico passa a vivenciar a experiência da Educação.

Esse modelo de Geografia foi posteriormente responsável pela elaboração dos livros didáticos que serviriam como manuais instrutivos para Professores, orientando o ensino de Geografia em todo o Brasil. Um exemplo marcante desse processo refere-se à obra "Corografia Brasílica", de Ayres de Casal, que apresentou, pela primeira vez, uma visão geográfica do território brasileiro em uma escala inédita até então. No entanto, a obra foi, posteriormente, amplamente criticada pelas imprecisões e pelas metodologias de pesquisa adotadas em sua elaboração.

## 2. A inserção formal da geografia nos currículos escolares

Com a Independência do Brasil em 1822, surgiu no país a concepção de nacionalidade e unidade, acompanhada da necessidade de uma orientação educacional estruturada em um sistema nacional de Educação. A Constituição de 1824 estabeleceu amplo acesso à Educação, com ensino primário gratuito; na prática, entretanto, a Educação continuou sendo um privilégio das elites, direcionada, principalmente, para a formação moral, religiosa e técnica das classes dominantes. As camadas populares permaneceram excluídas do sistema educacional formal.

Ainda assim, no decorrer do século XIX, a atuação do Estado — ou a falta dela — resultou em profundas disparidades no acesso à Educação. Esse contexto marcou não apenas a estrutura educacional da época, mas também o processo de consolidação da Geografia como disciplina regular no Ensino Básico, ocasionalmente encontrada em cadeiras isoladas já no início do período imperial brasileiro (Albuquerque, 2014).

Um dos principais acontecimentos desse período foi a fundação do Imperial Colégio de

Pedro II, organizado em 1837 a partir do Seminário de São Joaquim, antigo Colégio dos Órfãos de S. Pedro, criado quase cem anos antes, em 1739. A instituição se tornaria um marco na Educação brasileira, com o objetivo de modelar a instrução pública do país. Neste, a Geografia se consolidou como disciplina do currículo escolar, integrando um projeto civilizador que buscava construir uma identidade nacional (Silva, 2012). Os estudantes formados nessa instituição passaram a desempenhar um papel importante para a difusão de modelos educacionais e doutrinas voltadas para a formação moral, a obediência e a subordinação às diretrizes de unidade estabelecidas pelo Estado (Haidar, 2008; Souza, 2010).

Além disso, o Colégio Pedro II implementou uma reforma educacional significativa, que passou a organizar o ensino por séries, em vez de disciplinas avulsas, provendo aos estudantes disciplinas de "linguas latina, grega, franceza e ingleza; rhetorica e os princípios elementares de geographia, historia, philosophia, zoologia, mineralogia, botanica, chimica, physica, arithmetica, algebra, geometria e astronomia" (Brasil, 1837, spp.).

Dessa forma, a Geografia foi incorporada à sua grade curricular, alinhando-se ao projeto de construção nacional. Paralelamente, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, fortaleceu essa iniciativa, consolidando a influência do modelo francês e os esforços para estabelecer uma identidade nacional por meio de iniciativas estatais. Ademais, tradicionalmente os Professores do Colégio Pedro II também faziam parte do IHGB (Machado, 2003; Barboza, 2015; Oliveira; Patroclo; Silva, 2023).

Em 1842, novas reformas no Colégio Pedro II ampliaram a carga horária da disciplina de Geografia, que passou a ser ensinada em todas as séries a partir do segundo ano. Nesse período, a disciplina foi denominada "Geographia Descriptiva", termo que, posteriormente, seria simplificado para "Geografia" (Silva, 2012, p. 212), já indicando as duas principais características da Geografia Escolar da época: a descrição, inspirada no modelo clássico grego de Estrabão, e a representação matemática da realidade, com base no modelo de Ptolomeu. Essas duas características são essenciais para a delimitação conceitual da Geografia Escolar Clássica, como é atualmente conhecida (Rocha, 1996; Albuquerque, 2011).

Essas mudanças foram seguidas por novas reformas em 1850, motivadas pela necessidade de adequar a Educação às demandas da economia. Com isso, a estrutura do ensino e a organização das séries foram modificadas, e a Geografia, mais uma vez, passou por alterações:

> com essa nova estrutura, houve uma redistribuição das disciplinas pelas séries; Geografia e História tiveram suas cadeiras separadas, embora ainda coetâneas: ambas abordavam o período moderno, o período antigo e o Brasil, sendo a

> abordagem nacional denominada Corografia, isso nos dois anos finais dos estudos da Primeira Classe. Nos cursos da Segunda Classe, ambas enquadravam o período antigo e a Idade Média. Observa-se aí uma proposta que procura uma transição que atenda os estudos clássicos e outro que, no conjunto, refere-se a uma formação científica, organizada para os interesses e as necessidades então atuais, que requeriam uma prática mais presente, mais distante da erudição. (Silva, 2012, p. 214)

Ao final do século XIX, as reformas implementadas no Colégio Pedro II refletiram uma reconfiguração curricular paradigmática, marcada pela transição de um modelo centrado nas humanidades clássicas para a ênfase progressiva em disciplinas científicas. Esse processo evidenciou não apenas um alinhamento às demandas da modernidade industrial emergente, mas também uma reorientação ideológica do Estado em relação aos fins da Educação nacional. Enquanto disciplinas como o Latim — emblemáticas da tradição humanista — tiveram sua carga horária reduzida (juntamente com o estudo de línguas vernáculas e suas respectivas literaturas); outras, como matemática, consolidaram-se como eixos estruturantes do currículo, com ampliação significativa de suas horas-aula semanais (Cunha Júnior, 2012).

Tal mudança não se limitou a ajustes quantitativos: simbolizou a ascensão de um projeto pedagógico utilitarista, alinhado a discursos de progresso técnico-científico e à formação de elites aptas a gerir os desafios de uma sociedade que já apontava para o crescimento das cidades e o impulso industrial, consoantemente ao projeto educativo em voga na Europa. A desvalorização das humanidades, em contrapartida, sinalizou o abandono de um ideal formativo pautado na erudição clássica, substituído pela primazia do conhecimento aplicável e mensurável — reflexo de uma mentalidade positivista que permeava as políticas educacionais do período (Haidar, 2008).

Evidencia-se, no contexto do Colégio Pedro II, uma estratégia deliberada do Estado imperial em consolidar mecanismos de regulação centralizada sobre o projeto educacional brasileiro. A análise dos processos reformistas do período revela que a prioridade governamental não residia na promoção de equidade educacional ou na qualificação pedagógica, mas sim no alinhamento às tendências pedagógicas europeias, interpretadas como paradigmas de modernidade. Cada reforma implicava reconfigurações curriculares; entretanto, a Geografia permanecia como disciplina constante, exercendo função central para a formação da identidade nacional e a difusão dos valores civilizatórios almejados pelo Império.

## 3. Transição para a república: modernizações e contradições

Com a transição do Império para a República, o ensino de Geografia no Brasil passou

por significativas transformações, embora ainda permanecesse um privilégio das elites. A criação do Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos e as reformas educacionais implementadas ao longo da Primeira República trouxeram, pela primeira vez, uma abordagem mais integrada para todos os níveis de ensino.

Durante esse período, o ensino de Geografia passou por diversas modificações. Entre as principais, destacou-se a recomendação de uma abordagem descritiva da superfície terrestre, mas sem excessos, além do estímulo ao estudo das relações espaciais, suas causas e consequências. Essas mudanças representaram uma reorientação no ensino da disciplina, propondo uma abordagem mais científica, influenciada pelo positivismo da época (Silva, 2012).

Uma das propostas mais significativas desse período foi a das "Lições de Coisas", priorizando a reflexão do estudante e iniciando o processo de aprendizagem com base na curiosidade e motivação decorrentes da realidade observada. Questionava-se, portanto, o ensino mnemônico pela mera repetição. Na Geografia, essa abordagem enfatizava o ensino da realidade local, com o uso de mapas e uma organização didática progressiva, partindo do geral para o particular e do simples para o complexo, consagrando o método de ensino intuitivo, de modo que "a instrução inspirada em 'Lições de Coisas' não seria uma instrução acerca das coisas, mas a instrução pelas próprias coisas" (Mormul; Machado; Giroto, 2011, p. 163).

Segundo Silva (2012), a Geografia ensinada ao término do período imperial apresentava esgotamento em relação às novas demandas da sociedade. A disciplina se mostrava limitada, pois era essencialmente informativa, sem estimular uma formação crítica e nacionalista. Além disso, seu sucesso dependia, quase exclusivamente, do desempenho do Professor, o que evidenciava a fragilidade do modelo educacional da época.

Portanto, as reformas educacionais direcionavam a Geografia para além das representações espaciais, buscando reduzir seu enfoque na descrição. A ênfase passou a recair sobre a aprendizagem do estudante, promovendo abordagens inovadoras e metodologias que tentavam superar o ensino baseado na memorização mecânica. Essas transformações tinham como objetivo proporcionar uma Educação mais crítica e reflexiva, capaz de responder melhor às demandas das mudanças sociais. A transição de uma Geografia descritiva e nomenclatural para outra, assentada em valores cientificistas, marcaram, como reforçado por Barboza (2015), um novo projeto de escola a serviço de um novo projeto de Brasil.

Nesse contexto, algumas figuras-chave do Colégio Pedro II exerceram papel essencial para o desenvolvimento do ensino de Geografia no Brasil, especialmente ao promover a transição de uma abordagem descritiva e fragmentada para uma Geografia mais sistemática e integrada.

Entre elas, destaca-se Manuel Said Ali Ida (1861-1953), pioneiro ao reconhecer a Geografia como ciência de igual relevância às demais. Para além de reproduzir, no Brasil, as contribuições mais relevantes produzidas no exterior, Said Ali "representou o marco inicial de discussões de ordem teórico-metodológica, buscando inaugurar a Geografia científica no Brasil" (Vlach, 2004, p. 192).

Posteriormente, Carlos Miguel Delgado de Carvalho (1886-1980) aprofundou essas ideias, incorporando teorias de grandes geógrafos e propondo uma divisão mais estruturada da disciplina, distinguindo Geografia Física e Geografia Humana. Além disso, buscou modernizar os livros didáticos, tornando-os mais acessíveis e atraentes para os estudantes, com o objetivo de aprimorar o ensino da Geografia, aumentar o engajamento dos alunos e afastar-se da proposta mnemônica e nomenclatural da Geografia descritiva predominante até então. Por seu turno, a reivindicação, feita insistentemente por Delgado de Carvalho da Geografia como ciência para legitimar sua inserção curricular, foi percebida de maneira contundente, e muito elogiosa, por uma matéria veiculada no *Jornal do Brasil*, ao comentar a Geografia existente no Colégio Pedro II. Segundo o periódico, os estudantes lidavam com questões que "não são nem de geologia, nem de anthropologia, mas de simples, de simplicíssima geographia na sua feição modernista" (Jornal do Brasil, 28/01/1928, *apud* Costa, 2009, p. 48). Equiparava, portanto, com admiração duas notáveis ciências da época à *simplicíssima* Geografia.

Já Fernando Antônio Raja Gabaglia (1895-1954), em sua obra "Práticas de Geografia" (1930), trouxe uma abordagem inovadora, defendendo que o ensino da disciplina deveria se basear na prática e na experiência, ampliando o conceito de aprendizado e tornando-o mais dinâmico e significativo para os estudantes. Suas ideias, conforme destaca Cabral (2022, p. 9), foram incorporadas à reforma curricular do ano seguinte (Reforma Francisco Campos, 1931), que enfatizou, na Geografia, "a aplicação de modelos físico-matemáticos, cálculos e experimentações que demonstrassem a transformação das paisagens em ambientes tropicais brasileiros".

Por fim, destaca-se o teórico da Geografia no Colégio Pedro II Everardo Backheuser (1879-1951). Sua abordagem, influenciada por sua visão conservadora e, após 1928, fortemente católica, valorizava a conexão entre a Geografia e a história, enfatizando a importância da cultura e da identidade nacional para a formação dos estudantes. Backheuser defendia uma Geografia que não se limitasse à descrição física do território, mas que também explorasse as relações entre o homem e o meio, considerando os aspectos sociais, econômicos e políticos.

O Curso Superior Livre de Geografia (1926-1927), iniciativa pioneira do trio formado por Everardo Backheuser, Carlos Delgado de Carvalho e Fernando Raja Gabaglia, constituiu o

marco inicial do ideal fundacional compartilhado pelos três intelectuais. Apesar de posteriormente seguirem caminhos distintos na estruturação dos principais cursos superiores de Geografia no Rio de Janeiro, o projeto simbolizou a convergência de suas aspirações para a consolidação da disciplina no país (Machado, 2009).

Assim, enquanto Fernando Antônio Raja Gabaglia integrou o corpo docente do curso de Geografia da Faculdade de Filosofia do Instituto La-Fayette (1942), que posteriormente se tornou a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e Everardo Backheuser compôs o colegiado do curso de Geografia da Faculdade Fluminense de Filosofia (1947), futura Universidade Federal Fluminense (UFF), Carlos Delgado de Carvalho já consolidou sua posição na Universidade do Distrito Federal (UDF) desde 1935. Essa última instituição foi incorporada posteriormente à Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Embora as mudanças propostas não tenham representado uma ruptura completa com os métodos anteriores, elas permitiram uma abordagem mais dinâmica e prática. O ensino de Geografia passou a ser incentivado de forma mais envolvente e contextualizada, aproximando os conteúdos da realidade dos alunos e tornando o aprendizado mais significativo. Esses pontos tornaram-se centrais na escola pedagógica que, no Brasil, influenciou as principais reformas educacionais, sobretudo a partir da década de 1920: o escolanovismo.

## 4. Geografia escolar e escolanovismo

As mudanças pedagógicas no Brasil ganharam destaque com o Movimento Escola Nova e a Geografia Moderna, que surgiram em um período de transição no ensino escolar, influenciado pelo positivismo e pela Educação científica. A influência do positivismo na Educação, entre os séculos XIX e XX, é notável. Seus princípios foram considerados motores de renovação tanto para o movimento da Escola Nova quanto para a modernização do ensino de Geografia (Pereira, 2019).

A Geografia Moderna no Brasil, alinhada ao movimento da Escola Nova, encontrou em Carlos Miguel Delgado de Carvalho sua principal referência. Ele foi fundamental para a elaboração de livros didáticos que incorporaram uma abordagem inovadora para a disciplina, visando tornar o ensino de Geografia mais dinâmico, contextualizado e acessível aos estudantes. Sua adesão ao ideário da Escola Nova foi reforçada por sua participação como signatário do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932), cujos princípios estavam em sintonia com suas posições liberais. Essa postura contrastou, significativamente, com as concepções de outros

geógrafos influentes da época, como Fernando Antônio Raja Gabaglia, supostamente simpático ao fascismo, e Everardo Backheuser, um defensor da Educação católica e das tradições conservadoras no Brasil (Barboza, 2015).

A relação entre o movimento Escola Nova, a sistematização da Geografia Acadêmica e a influência do positivismo tornou-se cada vez mais evidente ao longo da primeira metade do século XX. Nos livros didáticos de autores como Carlos Delgado de Carvalho e Aroldo de Azevedo, observa-se um esforço para renovar a Geografia Escolar, superando a abordagem tradicional, marcada pela memorização e descrição fragmentada. Essa transformação incorporou aos materiais didáticos as sínteses da ciência moderna, enfatizando a observação, a mensuração e a explicação dos fenômenos espaciais. Nesse contexto, o positivismo consolidou-se como a principal matriz epistemológica, estruturando o conhecimento geográfico com base na objetividade, na classificação e na busca por leis gerais que regessem as dinâmicas do espaço geográfico.

O positivismo também foi responsável por introduzir uma linguagem matemática na Geografia, incorporando gráficos, tabelas e classificações para representar os fenômenos geográficos, afastando-se gradualmente da descrição puramente textual. No entanto, essa transição não representou uma ruptura radical, mas sim um processo de adaptação, em que elementos do ensino antigo coexistiram com as novas propostas baseadas no método científico (Silva, 2012).

## Considerações finais

A trajetória do ensino de Geografia no Brasil, desde os primórdios da colonização até as primeiras décadas do século XX, reflete as contradições e transformações sociopolíticas vivenciadas pelo país. Ao longo desse percurso, a disciplina foi moldada por interesses de poder — seja da Igreja, da Coroa Portuguesa, do Estado imperial ou das elites republicanas —, que utilizaram o conhecimento geográfico como instrumento de dominação, catequização e construção de uma identidade nacional excludente. Nesse contexto, a educação manteve-se predominantemente direcionada à formação das elites, enquanto as camadas populares ficaram restritas a um ensino precário, centrado na qualificação técnica ou na domesticação ideológica.

A transição do ensino jesuítico para o modelo pombalino, seguido pela institucionalização do Colégio Pedro II, evidencia tentativas de centralizar e padronizar o conhecimento geográfico, alinhando-o a projetos de nação. No entanto, essas iniciativas frequentemente esbarraram em limitações estruturais, como o subfinanciamento, a resistência

regional e a perpetuação de desigualdades. A produção de livros didáticos, por exemplo, ainda que marcada por avanços, manteve-se, em grande parte, presa a uma abordagem mnemônica, determinista e descolada das realidades locais, servindo mais como ferramenta de controle do que de emancipação intelectual.

Com a República, o ensino de Geografia passou por reformas que buscaram integrar métodos científicos e práticos, influenciados pelo positivismo e pelo Movimento Escola Nova. Delgado de Carvalho e Raja Gabaglia introduziram propostas inovadoras, aproximando a disciplina da realidade dos alunos e enfatizando a interação entre Geografia Física e Humana. Contudo, essas mudanças não romperam totalmente com o legado elitista e excludente do passado, mantendo a Educação como um reflexo das assimetrias sociais brasileiras.

O legado dessa história persiste na estrutura educacional atual, conforme evidenciado pela Constituição de 1988 e pela LDB de 1996, que, embora proponham a universalização do ensino, ainda enfrentam desafios na equidade de acesso e na superação de currículos fragmentados. A Geografia, enquanto disciplina, carrega o desafio de transcender sua função descritiva e instrumental para assumir um papel crítico, capaz de problematizar as relações de poder, as desigualdades regionais e a exploração ambiental.

## Referências

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. Dois momentos na história da Geografia Escolar: a Geografia Clássica e as contribuições de Delgado de Carvalho. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 19-51, 2011. Disponível em: https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/29. Acesso em: 10 mar. 2025.

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. . Um debate acerca da origem da Geografia Escolar no Brasil. *Interfaces Científicas – Educação*, Aracaju, v. 2, n. 2, p. 13-23, 2014. Disponível em: https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/1374. Acesso em: 8 mar. 2025.

BARBOZA, Danyele Vianna. *Os programas de ensino de Geografia do Colégio Pedro II de 1926 a 1951: a transição do caráter corográfico ao discurso científico a serviço de um novo projeto de escola e de Brasil*. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. Decreto de 02 de dezembro de 1837. Converte o Seminário de São Joaquim em Collegio de Instrucção Secundaria, com a denominação de Collegio Pedro II, e outras disposições. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRETAS, Genesco Ferreira de. *História da instrução pública em Goiás*. Goiânia: Cegraf, 1991.

CABRAL, Thiago Manhães. Fernando Antônio Raja Gabaglia. *Terra Brasilis* [online], v. 17, 2022. Disponível em: http://journals.openedition.org/terrabrasilis/11582. Acesso em: 7 jan. 2025.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. O projeto pedagógico da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: o Curso Superior Livre de Geografia (1926-1927). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 9, n. 36, p. 246-256, 2012. DOI: 10.20396/rho. v9i36.8639653. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639653. Acesso em: 7 mar. 2025.

COSTA, Patrícia Coelho. Delgado de Carvalho: a trajetória de um educador. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Geografia e Geopolítica: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. p. 39-52.

CUNHA JÚNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. Saberes escolares do ensino secundário brasileiro no século XIX: o caso do Imperial Collegio de Pedro Segundo. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 11, n. 1, p. 185-202, 2012.

FARRELL, Allan. *The Jesuit Ratio Studiorum of 1599*. Washington, D.C.: Conference of Major Superiors of Jesuits, 1970. Disponível em https://www.educatemagis.org/wp-content/uploads/documents/2019/09/ratio-studiorum-1599.pdf. Acesso em 7 jan. 2025

FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos Jesuítas*. 2a. ed. São Paulo: Quadrante, 2019.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Brasil Império*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

OLIVEIRA, Paloma Rezende de; PATROCLO, Luciana Borges; SILVA, Fernando Rodrigues dos Santos. A contribuição histórica do Colégio de Pedro II para a configuração da Filosofia como disciplina escolar. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 23, p. 1-19, 2023.

LACOSTE, Yves. *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 10. ed. Campinas: Papirus, 2005.

MACHADO, Mônica Sampaio. A Implantação da Geografia Universitária no Rio De Janeiro. *GEOgraphia* , v. 2, n. 3, p. 123-140, 16 set. 2009.

MACHADO, Mônica Sampaio. A Geografia no Gymnasio Nacional. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 69-78, 2003. DOI: 10.12957/geouerj.2003.49066. Disponível em: https://doi.org/10.12957/geouerj.2003.49116. Acesso em: 10 mar. 2025.

MORMUL, Nadir do Nascimento; MACHADO, Marcia Azevedo de Souza; GIROTO, Claudia Regina Mosca. Lições de Coisas e a Educação Geográfica no Brasil. *Geografia Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, v. 15, n. 3, p. 155-168, 2011.

PEREIRA, Diego Carlos. *Movimento Escola Nova e Geografia Moderna Escolar em manuais para o ensino secundário brasileiro (1905-1941)*. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) –

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

ROCHA, Genylton Odilon R. da. A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942). 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Jeane Medeiros. *A bibliografia didática de Geografia: história e pensamento do ensino geográfico no Brasil (1814-1930...)*. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

SOUZA, Carlos Eduardo Dias. *Ensinando a ser brasileiro: o Colégio Pedro II e a formação dos cidadãos na Corte imperial (1837-1861)*. 2010. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

VLACH, Vania. O ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva histórica. VESENTINI, José William (Org.). *O ensino de Geografia no século XXI*. Campinas: Papirus, 2004. p. 187-218.